



Simulado Procurador

PGM

Porto Alegre

Simulado PGM-POA

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Procurador da PGM-POA;
 - 2 – A prova contém **150 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
 - 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D e E;
 - 4 – O link para acesso ao simulado será encaminhado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
 - 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
 - 6 – Caso você deseje comparar o seu resultado com os demais alunos, faça o simulado diretamente no SQCJ, neste link: <https://bit.ly/SimuladoPGMPOA>
 - 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas.
-

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Professor Rodrigo Vaslin

Questão 1

Assinale a alternativa correta em relação à atuação da Advocacia Pública no processo civil.

- a) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta, apenas.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação por diário oficial.
- c) Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- d) O membro da Advocacia Pública será civil e diretamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- e) A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que preferencialmente por ela deva ser realizada ou prestada.

Questão 2

Considerando o disposto no Código de Processo Civil e suas normas fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais,

competindo ao Ministério Público zelar pelo efetivo contraditório.

- b) Jamais se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- c) O juiz pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, quando se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- d) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- e) Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.

Questão 3

Analise as assertivas abaixo transcritas:

- I. Se, depois da propositura da ação, algum fato modificativo do direito do autor influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.
- II. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão prejudicial decidida expressa e incidentemente no processo, se dessa resolução depender o julgamento do mérito e o réu for considerado revel.
- III. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

Questão 4

Analise as assertivas abaixo transcritas:

I. Segundo entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, dada a taxatividade mitigada do rol de hipóteses de cabimento do agravo de instrumento, é admissível a interposição de tal recurso nos casos em que verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

II. Tanto nos processos que tramitam em autos físicos quanto naqueles que tramitam em autos eletrônicos, são dispensados de preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, os recursos interpostos pelo Estado do Rio Grande do Sul.

III. A desistência do recurso anteriormente interposto depende da anuência daqueles que figurem em litisconsórcio com o recorrente.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas I e II.

c) Apenas I e III.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

Questão 5

Analise as assertivas abaixo transcritas:

I. De acordo com a sistemática legal projetada no Código de Processo Civil, a tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

II. Independentemente da reparação por dano processual, o demandante responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa se o juiz, ao proferir sentença,

acolher a alegação de decadência ou prescrição da pretensão do autor.

III. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração, pela parte autora, quanto à presença de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, nos casos em que as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas I e II.

c) Apenas I e III.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

Questão 6

Analise as assertivas abaixo transcritas:

I. Considera-se inepta a petição inicial nos casos em que a parte for manifestamente ilegítima.

II. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recurso especial repetitivo.

III. Nos casos em que admissível a autocomposição de litígios, não se realizará a audiência de conciliação ou de mediação se uma das partes manifestar, expressamente, desinteresse na composição consensual.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas I e III.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

Questão 7

Analise a seguinte situação hipotética: Um acórdão recorrido negou provimento à apelação do recorrente, posto que as alegações apresentadas no recurso sequer foram trazidas na inicial. Além disso, o resto da peça recursal apresentava somente transcrições de ementas e excertos no que se restou da fundamentação, sem estar acompanhada de qualquer análise mais aprofundada ou contextual ao tema. Determinado entendimento sumular do Supremo Tribunal Federal é pacífico sobre sua incidência neste tipo de caso, afirmando que, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles, é inadmissível:

- a) Reclamação Constitucional.
- b) Embargos de Declaração.
- c) Embargos de Divergência.
- d) Recurso Extraordinário.
- e) Agravo Interno.

Questão 8

Juliana, ré em processo cível movido por André, deixou de apresentar contestação, sendo considerada revel. Contudo, as alegações de fato formuladas por André não serão presumidas verdadeiras se:

- a) Havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.
- b) O litígio versar sobre direitos disponíveis.
- c) A petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que o contrato considere indispensável à prova do ato.
- d) As alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com as regras de experiência.
- e) O revel intervier no processo em qualquer fase.

Questão 9

Sobre a reclamação, é correto afirmar que:

- a) Constitui incidente processual que visa à tutela da autoridade de uma decisão judicial, de uma súmula vinculante e à preservação de competência.
- b) Constitui uma ação que visa apenas à tutela da súmula vinculante e das decisões das cortes supremas.
- c) Constitui uma ação cujo efeito está na cassação, pelo tribunal, da decisão exorbitante de seu julgado ou na determinação de medida adequada à solução da controvérsia.
- d) A legitimidade passiva é circunscrita apenas àquelas pessoas que participam do processo em que originada a decisão reclamada.
- e) Constitui sucedâneo da ação rescisória.

Questão 10

Documentos estão em posição central quando se fala de provas no Processo Civil. Assim, com base na Lei nº 13.105/2015, assinale a alternativa INCORRETA sobre o tema.

- a) No caso de declarações feitas em documento particular que declarar ciência de determinado fato, o documento comprova a ciência, mas não o fato em si.
- b) A apresentação em repartição pública ou em juízo é um modo de considerar o documento particular datado com relação a terceiros.
- c) Existe hipótese legal prevista onde é possível considerar autor do documento particular aquele que, mandando compô-lo, não o assinou.
- d) A atual legislação ainda prevê força normativa do radiograma.
- e) É requisito de validade que, em caso de utilização de fotografia publicada em jornal ou revista, o autor da prova apresente exemplar original do periódico.

Questão 11

Sobre o cumprimento de sentença, considerando o preconizado pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

a) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

b) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública, esta será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.

c) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa, não cumprida a obrigação no prazo estabelecido na sentença, será expedido mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse em favor do credor, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.

d) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.

e) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, a multa depende de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

Questão 12

No processo civil, a denunciação da lide terá cabimento quando o:

a) Terceiro interessado pretende intervir no processo.

b) Terceiro pretende o bem da vida discutido em processo alheio.

c) Demandado pretender exercer os direitos que da evicção lhe resultam.

d) Fiador pretender trazer ao processo o afiançado.

e) Devedor solidário pretende intervir no processo em que o seu codevedor é demandado.

Questão 13

No Processo Civil a decisão do relator que monocraticamente negar provimento a recurso que for contrário a enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal poderá ser atacada por:

a) Reclamação constitucional.

b) Agravo retido.

c) Agravo de instrumento.

d) Agravo interno

e) Recurso ordinário.

Questão 14

Numa demanda cível, o autor postulou indenização, alegando ter experimentado danos materiais e morais. O réu, na contestação, reconheceu a ocorrência dos danos materiais, concordando com a indenização postulada em relação a este item, mas não reconheceu a ocorrência de danos morais. Nessa hipótese:

a) O julgador procederá ao julgamento liminar de procedência.

b) O juiz deverá realizar a decisão de saneamento e organização do processo e, somente após a fase instrutória, proferir sentença julgando ambos os pedidos.

- c) O pedido de indenização por danos materiais perdeu o objeto.
- d) O reconhecimento dos danos materiais gera presunção de ocorrência dos danos morais.
- e) O juiz procederá ao julgamento antecipado parcial do mérito.

Questão 15

De acordo com o Código de Processo Civil, quanto ao cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública, esta será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir:

I. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções. II. Somente a incompetência absoluta do juízo da execução. III. Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas II e III.

DIREITO CIVIL

Professor Paulo Sousa

Questão 16

Assinale a alternativa que corresponde à regra constante da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro que positivou o princípio da vigência sincrônica.

- a) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- b) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo de início da vigência começará a correr da nova publicação.
- c) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- d) A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- e) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

Questão 17

Cessar para os menores a incapacidade, exceto:

- a) pelo casamento
- b) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos
- c) pela colação de grau em curso de ensino superior
- d) pelo exercício de emprego público efetivo
- e) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria

Questão 18

Com relação ao domicílio das pessoas jurídicas, assinale a alternativa incorreta:

- a) O domicílio do Município é o lugar onde funciona a administração municipal.
- b) O domicílio dos Estados e Territórios é o lugar das respectivas capitais.
- c) O domicílio das pessoas jurídicas será determinado unicamente pelo lugar onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.
- d) Se a pessoa jurídica tiver diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- e) Se a administração, ou diretoria da pessoa jurídica, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento, sito no Brasil, a que ela corresponder.

Questão 19

Sobre o regime de bens previsto no Código Civil, é correto afirmar:

- a) A pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária, constitui universalidade de direito.
- b) Os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem, ainda que sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor, são considerados benfeitorias.
- c) Os mares e praças são bens de uso especial.
- d) Os bens dominicais, enquanto conservarem a sua qualificação, são inalienáveis.
- e) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

Questão 20

Com relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- b) O erro é considerado substancial quando, sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
- c) O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.
- d) O falso motivo vicia a declaração de vontade, mesmo quando não expresso como razão determinante.
- e) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.

Questão 21

De acordo com a legislação civil, podem ser admitidos como testemunhas:

- a) o interessado no litígio, o amigo íntimo ou o inimigo capital das partes.
- b) os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por consangüinidade.
- c) os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por afinidade.
- d) a pessoa com deficiência.
- e) os menores de dezesseis anos.

Questão 22

Em um contrato de compra e venda de uma vaca leiteira, Raissa e Sharman pactuaram livremente prazo de trinta dias para o exercício de eventual direito de arrependimento.

No caso acima descrito, o referido prazo de arrependimento possui natureza:

- a) prescricional e pode ser reconhecido de ofício pelo juiz.
- b) prescricional e somente pode ser suscitado pelas partes.
- c) decadencial e pode ser reconhecido de ofício pelo juiz.
- d) decadencial e somente pode ser suscitado pelas partes.
- e) diversa da prescricional ou decadencial.

Questão 23

Se a coisa, objeto da obrigação, se perder:

- a) com ou sem culpa do devedor este sempre estará obrigado as perdas e danos.
- b) por culpa do devedor, antes da tradição, na obrigação de dar coisa incerta, fica resolvida a obrigação para ambas as partes.
- c) sem culpa do devedor, responderá este por perdas e danos.
- d) por caso fortuito ou força maior, antes da escolha, nas obrigações de coisa incerta, o devedor continua obrigado.
- e) por culpa do devedor, nas obrigações de entrega de coisa incerta, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.

Questão 24

Considerando a Jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar, sobre o dano moral:

- a) a pessoa jurídica de direito público pode ser titular de direito à indenização por dano moral relacionado à ofensa de sua honra ou imagem.
- b) a legitimidade para pleitear a reparação por danos morais é, em regra, do próprio ofendido, no entanto, em certas situações, são cogitadas também aquelas pessoas que, sendo muito próximas afetivamente à vítima, são atingidas indiretamente pelo evento danoso, reconhecendo-se, em tais casos, o chamado dano moral reflexo ou em ricochete.
- c) a pessoa jurídica não pode sofrer dano moral, mesmo que demonstrada ofensa à sua honra objetiva.
- d) o dano moral coletivo é categoria autônoma de dano relacionado à violação injusta e intolerável de valores fundamentais da coletividade, sendo indenizável apenas se comprovada a dor, o sofrimento e a humilhação das pessoas que compõem a coletividade lesada.
- e) a fixação do valor devido a título de indenização por danos morais deve considerar o método trifásico, que conjuga os critérios da valorização das circunstâncias do caso e do interesse jurídico lesado, minimiza eventual arbitrariedade ao se adotar critérios unicamente subjetivos do julgador, bem como considera a tarifação do dano.

Questão 25

A responsabilidade civil por danos causados em um veículo por um abaloamento é

- a) Aquiliana, cuja culpa é presumida.
- b) Aquiliana, tendo sido violado um dever negativo.
- c) Contratual, devendo a vítima comprovar os danos causados.

- d) Contratual, uma vez que foi violado o dever de não causar danos.
- e) Aquiliana, devendo ser invertido o ônus da prova, cabendo ao causador do dano comprovar que não agiu com culpa.

Questão 26

São direitos do multiproprietário, exceto:

- a) usar o imóvel, bem como suas instalações, equipamentos e mobiliário, conforme seu destino e natureza.
- b) usar e gozar, durante o período correspondente à sua fração de tempo, do imóvel e de suas instalações, equipamentos e mobiliário.
- c) ceder a fração de tempo em locação ou comodato.
- d) alienar a fração de tempo, por ato entre vivos ou por causa de morte, a título oneroso ou gratuito, ou onerá-la, devendo a alienação e a qualificação do sucessor, ou a oneração, ser informadas ao administrador.
- e) participar e votar, pessoalmente ou por intermédio de representante ou procurador, desde que esteja quite com as obrigações condominiais, em assembleia geral do condomínio em multipropriedade.

Questão 27

Assinale a alternativa que não apresenta requisito para configurar a usucapião especial individual urbana familiar:

- a) uso para sua moradia ou de sua família e não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural
- b) imóvel urbano de até 250m²
- c) propriedade dividida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar
- d) 5 anos ininterruptos e sem oposição
- e) posse direta e com exclusividade

Questão 28

A dívida não será considerada vencida:

- a) se as prestações não forem pontualmente pagas, toda vez que deste modo se achar estipulado o pagamento, caso em que o recebimento posterior da prestação atrasada não importa renúncia do credor ao seu direito de execução imediata.
- b) se, deteriorando-se, ou depreciando-se o bem dado em segurança, desfalcar a garantia, e o devedor, intimado, não a reforçar ou substituir.
- c) se o devedor cair em insolvência ou falir.
- d) se perecer o bem dado em garantia, e não for substituído.
- e) se se desapropriar o bem dado em garantia, hipótese na qual se depositará a parte do preço que for necessária para o pagamento integral do credor.

Questão 29

No que se refere às relações de parentesco, assinale a alternativa incorreta:

- a) O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro.
- b) Não basta o adultério da mulher, ainda que confessado, para ilidir a presunção legal da paternidade.
- c) Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.
- d) Contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e, na colateral, também pelo número delas, subindo de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo até encontrar o outro parente.
- e) Basta a confissão materna para excluir a paternidade.

Questão 30

No que se refere à partilha, assinale a alternativa correta:

- a) A dispensa da colação não pode ser outorgada pelo doador.
- b) São sujeitas à redução as doações em que se apurar excesso quanto ao que o doador poderia dispor, no momento da sucessão.
- c) Aquele que renunciou a herança ou dela foi excluído não deverá conferir as doações recebidas, para o fim de repor o que exceder o disponível.
- d) Sendo feita a doação por ambos os cônjuges, no inventário de cada um se conferirá por inteiro.
- e) o substabelecimento é inválido, uma vez que era exigido, necessariamente, instrumento público.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Professor Felipe Duque

Questão 31

Um dos princípios basilares do direito tributário estabelece que o Estado deve tributar as pessoas de acordo com as suas capacidades econômicas, de modo que os mais ricos contribuam mais em relação aos mais pobres, de forma progressiva. Trata-se do princípio

- A) do não confisco.
- B) da capacidade contributiva.
- C) da igualdade tributária.
- D) da proporcionalidade.
- E) da praticabilidade da tributação.

Questão 32

Dentre os princípios de direito tributário indicados a seguir, o que mais bem se amolda à ideia de igualdade material entre os contribuintes, conforme a ideia de “tratar desigualmente aos desiguais”, é o princípio:

- A) da legalidade tributária.

- B) da publicidade tributária.
- C) do julgamento objetivo.
- D) da capacidade contributiva.
- E) do não confisco.

Questão 33

Sobre a execução fiscal, à luz do disposto na Lei de Execução fiscal (Lei nº 6.830/1980) e do entendimento sumulado pelo STJ, é correto afirmar que:

- A) Em ações de execução fiscal, é desnecessária a instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito, por tratar-se de requisito não previsto no Art. 6º da Lei nº 6.830/1980.
- B) Em ações de execução fiscal, a petição inicial pode ser indeferida sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada.
- C) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes. Contudo, o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente exige prova de abuso da personalidade jurídica.
- D) A citação por edital não é admissível na execução fiscal.
- E) A exceção de pré-executividade não é admissível na execução fiscal.

Questão 34

Acerca do papel da lei complementar no Direito Tributário, é INCORRETO afirmar que:

- A) O Código Tributário Nacional, devido aos seus papéis de dirimir conflitos de competência e estabelecer normas gerais do direito tributário, foi recepcionado pela Constituição como lei complementar.
- B) Cabe à lei complementar outorgar tratamento tributário diferenciado e favorecido para as

microempresas e para as empresas de pequeno porte.

C) A instituição de empréstimos compulsórios deve ser feita por lei complementar.

D) A instituição de impostos extraordinários, na iminência ou no caso de guerra externa, deve ser feita por lei complementar.

E) Nenhuma das alternativas está incorreta.

Questão 35

Sobre as espécies tributárias, analise as assertivas abaixo:

I. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), por se tratar de um imposto, é um tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação não relacionada a qualquer atividade estatal específica.

II. É juridicamente possível a cobrança de Taxa de Iluminação Pública, por se tratar de contraprestação pela utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível.

III. O Estado do Rio Grande do Sul tem competência para instituir empréstimo compulsório, para fazer frente às despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública formalmente declarada, em razão da epidemia causada pelo Covid-19.

IV. As contribuições sociais, para custeio de regime próprio de previdência social, podem ser instituídas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, podendo ter alíquotas progressivas, de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.

Quais estão corretas?

A-Apenas I e II.

B-Apenas I e III.

C-Apenas I e IV.

D-Apenas II e IV.

E-Apenas III e IV.

Questão 36

O Código Tributário Nacional prevê que serão solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal e as pessoas expressamente designadas por Lei. Salvo previsão de Lei em contrário, são efeitos da solidariedade, EXCETO:

A) A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

B) A remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.

C) O pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.

D) A isenção de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.

E) Nenhuma das opções anteriores

Questão 37

A empresa ABC Roupas Ltda. foi notificada pelo Fisco do Estado Beta para, em até 30 dias do recebimento da notificação, recolher valores não declarados nem pagos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No 5º dia após o recebimento da notificação, precisou requerer certidão de quitação de tributos estaduais para participar de licitação. À luz do Código Tributário Nacional, deverá ser a ela emitida uma

A-Certidão Negativa.

B-Certidão Positiva.

- C-Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.
- D-Certidão Negativa com Efeitos de Positiva.
- E-Certidão de Dívida Ativa.

Questão 38

Lei do Estado Alfa publicada em 31/12/2021 majorou as bases de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) pelo valor de mercado, estabelecendo que as alterações teriam efeitos a partir de 01/01/2022. Também em 31/12/2021, Decreto do Prefeito da Capital do Estado Alfa estabeleceu a atualização, pelo índice inflacionário oficial, do valor monetário da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), determinando que as alterações também teriam efeitos a partir de 01/01/2022. Diante desse cenário

- A) tanto a lei estadual como o decreto municipal violaram o princípio da anterioridade nonagesimal, e o decreto municipal também violou o princípio da legalidade tributária.
- B) a lei estadual violou o princípio da anterioridade nonagesimal, mas o decreto municipal apenas violou o princípio da legalidade tributária.
- C) a lei estadual não violou o princípio da anterioridade nonagesimal, mas o decreto municipal violou tanto o princípio da legalidade tributária como o da anterioridade nonagesimal.
- D) nem a lei estadual nem o decreto municipal violaram o princípio da anterioridade nonagesimal, mas o decreto municipal violou o princípio da legalidade tributária.
- E) nem a lei estadual nem o decreto municipal violou o princípio da anterioridade nonagesimal, e o decreto municipal tampouco violou o princípio da legalidade tributária.

Questão 39

Conforme o Código Tributário Nacional e a jurisprudência do STF, é vedada divulgação, por parte da fazenda pública, de informações dos contribuintes relativas a

Alternativas

- A) parcelamento.
- B) representação fiscal para fins penais.
- C) moratória.
- D) movimentação bancária.
- E) inscrição na dívida ativa das fazendas públicas.

Questão 40

Decretada a falência de certa empresa, observou-se que contra ela havia créditos trabalhistas e créditos tributários, os quais eram de titularidade da União e do respectivo estado, e multas tributárias, sem prejuízo dos créditos extraconcursais surgidos no decorrer do processo falimentar.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Código Tributário Nacional e a jurisprudência do STF,

- A) os créditos tributários possuem privilégio absoluto, prevalecendo, inclusive, sobre os créditos trabalhistas.
- B) não é possível a fixação de limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho, considerado o privilégio absoluto de que gozam tais valores.
- C) para os créditos tributários da União e do estado em questão, há concurso de preferência, com preponderância do ente central.
- D) os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos após a decretação de falência serão considerados extraconcursais.
- E) na ordem de preferência, a multa tributária está logo atrás dos créditos quirografários e subordinados.

Questão 41

A respeito dos princípios constitucionais e das limitações ao poder de tributar, assinale a opção correta.

- A) Não viola o princípio da igualdade a cobrança de ICMS nas operações nacionais de transporte aéreo de cargas quando as operações internacionais são isentas.
- B) A antecipação por decreto da data de recolhimento do ICMS devido no desembarço aduaneiro viola o princípio da legalidade.
- C) A postergação do direito do contribuinte do ICMS de usufruir de novas hipóteses de creditamento não se sujeita à anterioridade nonagesimal.
- D) A instituição de adicional de ICMS destinado a fundo estadual de combate à pobreza é uma exceção ao princípio da anterioridade.
- E) A fixação da base de cálculo do IPVA não se sujeita à observância do princípio da anterioridade.

Questão 42

A respeito do regime jurídico tributário das taxas, assinale a opção correta.

- A) É constitucional a destinação da receita de custas e emolumentos judiciais a fundo do Poder Judiciário, a seccional estadual da OAB e à respectiva caixa de assistência dos advogados.
- B) É constitucional a instituição pelos estados de taxa a ser satisfeita por sociedade seguradora, tendo em conta atendimento, no âmbito do SUS, de vítima de sinistro coberto pelo DPVAT.
- C) O pedágio cobrado pela efetiva utilização de rodovias conservadas pelo poder público tem natureza jurídica de taxa de serviço público.
- D) É inconstitucional a instituição pelos estados de taxa de polícia sobre a atividade de exploração de recursos hídricos em seu território.

E) É constitucional a instituição pelos estados de taxa para a expedição por órgão de segurança pública de alvarás de funcionamento de estabelecimentos que fabriquem, transportem ou comercializem armas de fogo.

Questão 43

De acordo com o que prevê expressamente o Código Tributário Nacional, extinguem o crédito tributário

- A) a conversão do depósito em renda, a remissão, a moratória e o parcelamento.
- B) a novação, a confusão, a isenção e a anistia.
- C) a isenção, a anistia, a consignação em pagamento e a compensação.
- D) o pagamento, a decadência, a prescrição e a transação
- E) a imunidade, a isenção, a anistia e a decisão judicial passada em julgado.

Questão 44

Em demanda judicial em que se discute a inconstitucionalidade da cobrança de determinado tributo no ano de 2005, o contribuinte efetua o depósito do valor em discussão. A demanda transita em julgado em 2011 e, por demora da serventia, antes da conversão do depósito em favor do Fisco, sobrevém lei de 02/01/2012 que concede remissão do tributo em favor dos contribuintes. O contribuinte, autor da demanda, apresenta petição ao juiz, pleiteando que não haja a conversão em renda para o Fisco, mas levantamento do depósito em seu favor. O juiz deve decidir que o valor seja levantado em favor do

- A- contribuinte, em razão da retroatividade da lei mais benéfica ao contribuinte.
- B- contribuinte, pois houve decadência do direito de o Fisco lançar o tributo.

C- Fisco, em respeito à coisa julgada e à boa-fé objetiva.

D- contribuinte, considerando a remissão posterior à coisa julgada.

E- Fisco, pois a concessão da remissão é ato privativo da autoridade fazendária.

Questão 45

Empresa omite operação tributável pelo ICMS ocorrida em 03/05/2010. O Fisco, ao tomar conhecimento dessa operação, lança o valor devido em 01/06/2015. Em grau de recurso administrativo, o lançamento é anulado por vício formal em decisão definitiva de 01/07/2020. Nos termos do Código Tributário Nacional, o Fisco

A- não pode lançar o tributo novamente, em razão do trânsito em julgado administrativo da matéria.

B- pode lançar o tributo novamente até 30/06/2022.

C- não pode lançar o tributo novamente, pois houve decadência.

D- não pode lançar o tributo novamente, pois houve prescrição.

E- pode lançar o tributo novamente até 30/06/2025.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Professora Nelma Fontana

Questão 46

O Congresso Nacional aprovou proposta de emenda à Constituição, de iniciativa de um terço do Senado, para modificar o efetivo das Forças Armadas e o regime jurídico dos militares. A respeito do caso narrado, de acordo com as normas constitucionais referentes ao processo legislativo, aponte a alternativa correta.

a) A emenda é inconstitucional, por vício de iniciativa, uma vez que proposta de emenda a respeito do efetivo das Forças Armadas e do

regime jurídico dos militares é de iniciativa privativa do Presidente da República.

b) O vício de iniciativa no processo legislativo tanto das leis quanto das emendas à Constituição Federal poderá ser sanado pela sanção presidencial.

c) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República e na iniciativa.

d) A emenda é formalmente inconstitucional, uma vez que não foi apresentada por nenhum dos legitimados descritos na Constituição Federal.

e) A Proposta de emenda deveria ter sido enviada ao Presidente da República para, no prazo de 15 dias úteis, manifestar-se sancionando ou vetando.

Questão 47

A respeito da eficácia das normas constitucionais, nos termos da clássica definição de José Afonso da Silva, analise as normas constitucionais abaixo e, em seguida, aponte a alternativa correta.

I. “Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (art. 5º, inciso III, da CF).

II. “Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos” (art. 230, § 2º, da CF/88).

III. “A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública” (art. 88 da CF/88).

a) As normas constantes em II e III são de eficácia limitada de princípio institutivo.

b) Apenas a norma constante no item I tem eficácia plena.

c) Todas as normas constitucionais têm eficácia contida.

d) O item II contém norma constitucional de eficácia limitada programática.

e) A normas constantes em I e II são de eficácia plena.

Questão 48

A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

Questão 49

A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), indique a única alternativa incorreta.

- a) O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Judiciário, embora seis de seus quinze membros não integrem o Poder Judiciário.
- b) Não efetuadas as indicações dos membros do CNJ no prazo legal, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.
- c) A função de Ministro-Corregedor é exercida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e dos servidores.
- e) O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficialarão junto ao Conselho Nacional de Justiça.

Questão 50

O Tribunal de Justiça do Maranhão julgou válida a Lei estadual 200/2015 que havia sido contestada em face de lei federal 14.000/2010. Conforme redação da Constituição Federal, da decisão cabe

- a) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- d) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

Questão 51

Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- A) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.
- B) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito. Assim, o governador é inelegível deputado, bem como o senador é inelegível Presidente da República, salvo se renunciarem aos seus respectivos cargos no prazo fixado pela Constituição Federal.
- C) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.
- D) São brasileiros natos, em regra, os que nascem no Brasil, independentemente de os pais serem ou não brasileiros. Aqueles que nascem fora do Brasil, ainda que filhos de brasileiros, não obterão a nacionalidade primária dos pais, salvo se vierem residir no Brasil e optarem, a qualquer tempo, depois de adquirida a maioria, pela nacionalidade brasileira.

E) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do associado.

Questão 52

A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

- a) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- c) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- d) Compete privativamente ao Presidente da República exercer, com o auxílio do Senado Federal, a direção superior da administração federal
- e) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Questão 53

Acerca do conceito e da classificação das constituições, assinale a opção correta.

- A) A constituição, segundo a concepção política de Ferdinand Lassalle, corresponde a uma decisão política fundamental, de modo que é possível ter no Estado duas Constituições: uma real e efetiva e outra que é mera folha de papel.
- B) Carl Schmitt idealizou o sentido político de Constituição, segundo o qual são normas constitucionais tudo o que estiver codificado numa lei organizadora do Estado, sem fazer qualquer distinção entre normas de cunho formal ou material.
- C) A Atual Constituição brasileira, quanto à estabilidade, é classificada como semirrígida, em razão de conter cláusulas pétreas em seu texto, que não podem ser abolidas nem mesmo por emenda.
- D) No Brasil, dada a supremacia formal da Constituição, a distinção entre normas materialmente constitucionais e normas formalmente constitucionais é irrelevante para fins de aferição da possibilidade de controle de constitucionalidade das normas infraconstitucionais.
- E) Toda Constituição rígida é escrita, assim como toda constituição flexível é não escrita.

Questão 54

João, filho de pai alemão e mãe canadense, nasceu no Brasil. No momento de seu nascimento, seus pais estavam no país clandestinamente, foragidos da Alemanha, local em que foram condenados por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins. Sobre João, é correto afirmar que:

- a) poderá adquirir a nacionalidade brasileira após completar 18 anos, desde que continue a residir no Brasil e requeira formalmente a sua nacionalidade.

b) por ser brasileiro nato, atendidos aos demais requisitos constitucionais, poderá ser eleito ao cargo de Presidente da República.

c) poderá ser extraditado do Brasil caso venha a praticar, após a sua naturalização, o crime de tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins, ou caso venha a praticar crime comum antes de sua naturalização.

d) Os pais de João, em razão de o filho ser brasileiro nato, não poderão ser extraditados do Brasil.

e) João não poderia adquirir a nacionalidade brasileira na condição primária, porque seus pais entraram no Brasil clandestinamente.

Questão 55

Considere as afirmativas a seguir:

I. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.

II. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, apenas, mediante plebiscito e referendo.

III. A idade mínima como condição de elegibilidade para Presidente da República, Vice-Presidente da República e Senador é de trinta e cinco anos, sendo de vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.

IV. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Em relação aos direitos políticos, está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) II e III.

c) III e IV.

d) II e IV.

e) I, II e III.

Questão 56

Considerando as classificações das Constituições, a Constituição Brasileira de 1988 é,

a) quanto à origem, outorgada e quanto ao modo de elaboração, histórica.

b) quanto à extensão, analítica e quanto ao conteúdo, formal.

c) quanto à forma, escrita e quanto à extensão, sintética.

d) quanto à origem, promulgada e quanto à forma, costumeira.

e) quanto ao modo de elaboração, dogmática e quanto à alterabilidade, flexível.

Questão 57

O estado do Rio Grande do Sul emendou a sua Constituição, para vedar o transporte e o depósito ou qualquer outra forma de disposição de resíduos que tenham sua origem na utilização de energia nuclear e de resíduos tóxicos ou radioativos, quando provenientes de outros estados ou países. A respeito do assunto, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

a) A emenda é constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre meio ambiente.

b) A emenda é constitucional, porque a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente, de forma que sobre o tema, a União apenas fixa as normas gerais e os estados legislam sobre as normas específicas.

c) A emenda é inconstitucional, porque feriu a competência dos municípios para legislar sobre assunto de interesse local.

d) A emenda é inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre contratos, indústria e comércio.

e) É inconstitucional norma estadual que dispõe sobre a implantação de instalações industriais destinadas à produção de energia nuclear no âmbito espacial do território estadual.

Questão 58

Três meses após a posse de João, Presidente da República, a Câmara dos Deputados, por decisão de 3/5 de seus membros, autorizou a abertura de processo por crime de responsabilidade contra o Chefe do Executivo. Encerrada a instrução, tendo sido cumprido o rito processual, o Senado Federal, por decisão de 61 Senadores, condenou João, fato que gerou a aplicação das penas de perda do mandato e inabilitação por oito anos.

A respeito do caso narrado, aponte a única alternativa correta.

a) Em decorrência da inabilitação, pelo período de oito anos, João não poderá exercer direitos políticos ativos e nem direitos políticos passivos.

b) O rito do processo de impeachment não observou o regramento constitucional, uma vez que o quórum necessário para autorizar a abertura de processo por crime de responsabilidade é o de 2/3 do total de membros da Câmara dos Deputados.

c) No Senado Federal, 41 votos seriam suficientes para condenar o Presidente da República por crime de responsabilidade, pois o quórum exigido pela Constituição Federal é o de maioria absoluta.

d) No processo por crime de responsabilidade, eventual condenação enseja apenas a perda do cargo, não se admitindo a aplicação de inabilitação.

e) A competência para julgar o Chefe do Executivo por crime comum e de responsabilidade é do Supremo Tribunal Federal.

Questão 59

João e sua família são proprietários de três pequenos imóveis rurais, contíguos, cuja extensão somada não ultrapassa quatro módulos fiscais. O grupo familiar reside em uma das propriedades e utiliza a área completa dos imóveis para o cultivo de hortaliças, atividade que assegura a subsistência de toda a família. João comprou insumos agrícolas da Distribuidora de Produtos Agrícolas XX e hipotecou, livre e conscientemente, uma de suas propriedades. Em decorrência de desequilíbrio econômico, João não conseguiu saldar a sua dívida. A respeito da situação descrita, aponte a alternativa correta, de acordo com o texto da Constituição Federal e segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria.

a) O imóvel de João é considerado pequena propriedade imóvel rural e não pode ser objeto de penhora para pagamento de débito decorrente de sua atividade produtiva.

b) O bem hipotecado é penhorável, uma vez que não constitui o único imóvel de João, o que afasta a proteção constitucional da pequena propriedade rural.

c) O bem hipotecado é penhorável, porque foi dado livremente por João em garantia da dívida, o que afasta a proteção constitucional da pequena propriedade rural.

d) Apenas o bem em João e sua família residem é impenhorável.

e) Duas das três propriedades de João são penhoráveis.

Questão 60

A respeito da Ordem Social, aponte a alternativa correta:

- a) A demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios deve ser feita pelos Estados-membros, observado o disposto em lei federal, de forma a respeitar a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições das populações indígenas.
- b) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bens da União, são destinadas à posse permanente dos índios, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, do subsolo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- c) O primado do trabalho é a base da ordem social, que tem por objetivo, nos termos expressos na Constituição Federal, o bem-estar e a justiça sociais.
- d) b) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à educação e à assistência social.
- e) Não há óbice para que pessoas jurídicas em débito com o sistema da seguridade social contratem com o Poder Público nem dele recebam benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Professor Rodolfo Penna

Questão 61

Em relação ao terceiro setor, assinale a alternativa correta.

- a) Os serviços sociais autônomos não gozam de imunidade tributária.
- b) As entidades paraestatais gozam dos privilégios processuais concedidos à Fazenda Pública.
- c) O ato de qualificação como organização social (OS) é discricionário.

d) De acordo com o STF, a qualificação das entidades privadas sem fins lucrativos como organização social configura exigência de licitação.

e) De acordo com o STF, o contrato de gestão não configura hipótese de convênio.

Questão 62

O Prefeito do Município "X" pretende contratar serviços técnicos especializados para monitoramento de mídias digitais e redes sociais, com a finalidade de mapear as referências ao Município e buscar identificar meios mais eficazes de divulgação de informações de relevante interesse público para os municípios. Essa contratação será

- (A) precedida de licitação, na modalidade pregão, do tipo menor preço.
- (B) precedida de licitação, na modalidade concorrência, do tipo técnica e preço, por se tratar de típico serviço de publicidade a ser prestado por agências de propaganda.
- (C) direta, por dispensa de licitação, por se tratar de aquisição de insumos estratégicos para planejamento de política pública.
- (D) direta, por inexigibilidade de licitação, em razão da natureza singular do objeto.
- (E) precedida de chamamento público, na modalidade concurso, com estipulação prévia da remuneração.

Questão 63

Em relação à improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) A contratação de servidores temporários sem concurso público, baseada em legislação municipal, configura ato de improbidade administrativa.
- b) As sentenças proferidas em ação de improbidade administrativa serão objeto de reexame necessário.

c) A autoridade administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.

d) O acordo de não persecução cível pode ser celebrado mesmo que a ação de improbidade administrativa já esteja em fase de recurso.

e) Não se admite a prescrição intercorrente na ação de improbidade administrativa.

Questão 64

Assinale a alternativa correta:

a) O princípio da moralidade administrativa é norma constitucional e não mera diretriz, porquanto se trata de valor ético e jurídico, condicionando a atuação e a validade dos atos do Poder Público, bem por isso legitimando o controle jurisdicional de todos os atos do Poder Público. Nesta esteira, é possível dizer que afronta o princípio em tela o pagamento de adicional noturno para servidor inativo.

b) Os contratos regidos pela nova Lei de Licitações podem ser extintos só por decisão arbitral ou por ato consensual das partes, via acordo, conciliação, mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

c) A pena de advertência, nos termos da nova Lei de Licitações, será aplicada sempre que o contratado der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

d) A nova lei de licitações proíbe a contratação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa.

e) Ainda no âmbito da lei de licitações, se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da

perda desse valor, a diferença deverá ser cobrada judicialmente.

Questão 65

Assinale a alternativa correta:

a) Por força do princípio da segurança jurídica, é recomendável que a decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, estipule um regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

b) A utilização do controle judicial da legalidade de atos administrativos somente é cabível após o esgotamento das instâncias de controle interno da administração.

c) É possível a exclusão, em processo administrativo, de policial militar que comete faltas disciplinares, independentemente do curso de ação penal instaurada em razão da mesma conduta.

d) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado pode levar em conta as orientações gerais da época, a critério de juízo de conveniência para o interesse público.

e) Para caracterização de improbidade administrativa não é exigível o dolo do agente público, pois, do contrário, não tem como responsabilizar o sucessor ou herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente.

Questão 66

A contratação, pelo Poder Público, da construção, operação, administração e gestão de serviços não pedagógicos de 10 unidades municipais de ensino infantil, mediante licitação, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com valor estimado de R\$ 20.000.000,00 e estipulação de pagamento da remuneração exclusivamente pelo Poder Público constitui, em tese, hipótese de

- (A) concessão administrativa.
- (B) concessão patrocinada.
- (C) concessão comum de serviço público.
- (D) concessão de direito real de uso.
- (E) terceirização de mão de obra.

Questão 67

Assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade das concessionárias e do poder concedente, à luz da Lei Federal n. 8.987/95.

- (A) Mediante outorga de poderes, a concessionária poderá promover as desapropriações, mas continua sendo do Poder Público a responsabilidade pelas respectivas indenizações.
- (B) Incumbe à concessionária captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.
- (C) A concessionária responde por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros; a falta de fiscalização pelo órgão competente exclui essa responsabilidade.
- (D) É vedado ao poder concedente determinar que o licitante vencedor, no caso de consórcio, se constitua em empresa antes da celebração do contrato.
- (E) A empresa líder do consórcio é a responsável perante o poder concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, com prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

Questão 68

Quanto à organização administrativa brasileira, assinale a alternativa correta.

- A) As autarquias possuem personalidade jurídica de direito público e são criadas mediante decreto do Chefe do Poder Executivo da respectiva unidade federativa.
- B) Compete à justiça comum julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento.
- C) As sociedades de economia mista e as empresas públicas devem promover licitações como requisito à validade de seus contratos administrativos.
- D) Uma vez que exercem atividade administrativa descentralizada, os concessionários de serviço público e os delegados de ofício público compõem a Administração Indireta.
- E) A qualificação de agência executiva pode ser outorgada a autarquias e empresas públicas, desde que apresentem plano de planejamento estratégico e firmem contrato de gestão com a Administração Direta.

Questão 69

Assinale a assertiva verdadeira com relação às parcerias público-privadas:

- a) Admite-se a celebração de PPP que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
- b) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- c) A repartição de riscos entre as partes, não se aplica, por expressa disposição legal, às parcerias público-privadas.
- d) A contraprestação da Administração Pública, nos contratos de parceria público-privada, não poderá ser feita por cessão de créditos não tributários.

e) O prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação.

Questão 70

Assinale a alternativa correta.

A) A Súmula Vinculante nº 13 do STF, que veda a prática do nepotismo, tem sido afastada pelo Tribunal com relação aos cargos públicos de natureza política, tais como Secretários de Estado. No entanto, mesmo nesses casos, será possível considerar a nomeação indevida nas hipóteses de inequívoca falta de razoabilidade da indicação, por manifesta ausência de qualificação técnica ou por inidoneidade moral do nomeado.

B) O processo e o julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade (Decreto-lei 201/67) impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa, em virtude da autonomia das instâncias.

C) Segundo o STF e o STJ, diante do caráter contributivo do regime próprio de previdência dos servidores públicos, é inconstitucional a penalidade de cassação de aposentadoria.

D) Ofende a Constituição Federal norma estadual pela qual se impõe demissão por ineficiência no serviço público, apurada em processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa.

E) Findo o estágio probatório de 3 (três) anos de efetivo exercício, a estabilidade do servidor no serviço público se dará de forma automática, dispensada avaliação especial de desempenho.

Questão 71

Sobre o direito de acesso à informação ao cidadão, previsto na Lei Federal no 12.527/11, é correto afirmar:

(A) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 (quinze) dias a contar da sua ciência.

(B) Aplicam-se as disposições da Lei de Acesso à Informação, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos.

(C) As entidades privadas que se sujeitam à publicidade de que trata a Lei de Acesso à Informação ficam desobrigadas de prestar contas dos recursos públicos que recebem.

(D) O recurso contra ato de indeferimento de informação será dirigido à mesma autoridade que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 10 (dez) dias.

(E) Para proteger o agente público, a negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa deve se abster de indicar a autoridade classificadora.

Questão 72

Assinale a alternativa correta no tocante à Ação Civil Pública.

(A) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público ou dos demais legitimados, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

(B) Nas ações de que trata a Lei da Ação Civil Pública, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação

autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais.

(C) Entre os legitimados ativos, encontram-se a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, contudo compete exclusivamente ao Ministério Público tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

(D) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças à autoridade policial competente para a instauração do respectivo inquérito policial.

(E) De acordo com o STF, não é possível o manejo da ação civil pública para tutela de interesses individuais homogêneos.

Questão 73

O controle da administração, quanto à natureza do controlador, classifica-se em legislativo, judicial ou administrativo. No que se refere ao assunto, é correto afirmar:

- a) É constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o Poder Público
- b) Cabe ao órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo apreciar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República, mediante parecer prévio a ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.
- c) Não se revogam atos inválidos.
- d) Pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.
- e) Somente o Ministério Público possui legitimidade ativa para a propositura de ação executiva decorrente de condenação patrimonial imposta por Tribunais de Contas.

Questão 74

Em relação ao poder de polícia, assinale a alternativa correta.

- a) O poder de polícia é exercido por diversos órgãos e entidades, incidindo sobre atividades, bens e direitos privados dos indivíduos. Por tal razão, acaba se confundindo com a polícia judiciária.
- b) A atividade de fiscalização exercida dentro do poder de polícia é, em regra, repressiva e não preventiva. Isto porque o poder tem por objetivo, principalmente, a aplicação de sanções administrativas.
- c) O STF entende ser constitucional a delegação do poder de polícia para as pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial. A delegação, no entanto, incide apenas sobre a ordem de polícia.
- d) Nem todo ato administrativo editado no exercício do poder de polícia goza de autoexecutoriedade.
- e) É inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício do poder de polícia de trânsito.

Questão 75

O Estado Alfa celebrou com uma organização da sociedade civil (OSC) uma espécie de parceria, mediante transferência voluntária de recursos para consecução de plano de trabalho proposto pelo poder público estadual, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela Administração Pública, consistentes na promoção e divulgação do “Programa à Vítima e Testemunha Ameaçadas no Estado Alfa”, garantindo, na forma da lei, às vítimas e às testemunhas, alimentação,

saúde, moradia, educação e lazer, de maneira a promover a reinserção social dos sujeitos em proteção em um novo território fora do local de risco.

De acordo com a Lei no 13.019/2014, no caso em tela, o instrumento adequado utilizado foi o:

- (A) contrato de gestão, e o serviço firmado foi delegado à OSC, contratada mediante licitação;
- (B) termo de colaboração, e a OSC foi selecionada por meio de chamamento público;
- (C) termo de parceria, e a OSC foi selecionada mediante inexigibilidade de licitação;
- (D) termo de fomento, e a OSC foi selecionada mediante contratação direta;
- (E) acordo de cooperação, e deve haver prestação de contas sobre os recursos financeiros transferidos ao Tribunal de Contas.

DIREITO MUNICIPAL

Professor Josias Barcelos

Questão 76

O processo legislativo previsto na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre compreende a elaboração de

- (A) emendas à Lei Orgânica; leis complementares; leis ordinárias; decretos; e resoluções.
- (B) leis complementares; leis ordinárias; decretos legislativos; e resoluções.
- (C) emendas à Lei Orgânica; leis complementares; leis delegadas; decretos legislativos; e resoluções.
- (D) emendas à Lei Orgânica; leis complementares; leis ordinárias; decretos legislativos; e resoluções.
- (E) emendas à Lei Orgânica; leis complementares; leis ordinárias; decretos legislativos; portarias legislativas; e resoluções.

Questão 77

Segundo a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, assinale a alternativa que expressa a autonomia municipal.

- (A) Eleição direta dos vereadores.
- (B) Administração própria, no que respeita ao interesse regional dos gaúchos.
- (C) Eleição indireta do Prefeito.
- (D) Legislar sobre região metropolitana.
- (E) Legislar sobre desapropriação.

Questão 78

Considere as assertivas a seguir sobre a política urbana.

- I. O Estatuto da Cidade não pode ampliar o rol de obrigatoriedade de Plano de Diretor, pois somente cabe à Constituição Federal.
- II. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- III. A política de desenvolvimento urbano é executada pelo Poder Público municipal, segundo diretrizes de lei complementar estadual.
- IV. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e III.

Questão 79

Os Municípios reger-se-ão por Lei Orgânica, obedecendo aos seguintes preceitos, EXCETO.

- (A) inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.
- (B) cooperação das associações representativas no planejamento municipal.
- (C) o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de dez por cento da receita do Município.
- (D) iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
- (E) organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal.

Questão 80

Em relação à Associação de Representação de Municípios (Lei nº 14.341/22), assinale a alternativa correta:

- (A) A lei não permitiu a representação judicial dos municípios associados.
- (B) é permitida a representação judicial do Município, nas hipóteses de interesse comum dos Municípios associados e dependerá de autorização do respectivo chefe do Poder Executivo municipal, com indicação específica do direito ou da obrigação a ser objeto das medidas judiciais.
- (C) é permitida a contribuição dos municípios, como associado, sem a necessidade de previsão na lei orçamentária anual.
- (D) a associação somente realizará objetivos de interesse educacional e cultural.
- (E) a associação não poderá atuar na defesa dos interesses gerais dos Municípios filiados perante os Poderes Executivos da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Questão 81

De acordo com a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre (Lei Complementar nº 701/2012), incumbe à Procuradoria, EXCETO.

- (A) exercer a consultoria jurídica do Município.
- (B) prestar orientação jurídico-normativa para a Administração Direta e Autárquica, Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública municipal.
- (C) assistir no controle da legalidade dos atos do Poder Executivo.
- (D) elaborar as informações que devam ser prestadas em mandados de segurança impetrados contra atos do Prefeito, dos Secretários Municipais e de outros agentes da Administração Direta e Autárquica.
- (E) elaborar ações constitucionais relativas a leis, decretos e demais atos administrativos, a requerimento da autoridade competente.

Questão 82

Segundo o STF, caso o Prefeito seja processo e julgado por crime de responsabilidade (Decreto-lei 201/67)

- (A) Impede a responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/92.
- (B) Não impede a responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/92, em razão de expressa determinação legal.
- (C) Impede a responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/92, por recentes alterações legais.
- (D) Impede a responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/92, nas hipóteses que importam em enriquecimento ilícito.

(E) Não impede a responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/92, em razão da autonomia das instâncias.

Questão 83

Sobre a competência no processo administrativo do Município de Porto Alegre (Lei Complementar nº 790/16), assinale a alternativa correta.

- (A) A competência é renunciável.
- (B) Pode ser objeto de delegação as decisões de recursos administrativos.
- (C) O ato de delegação é irrevogável.
- (D) Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- (E) Pode ser objeto de delegação as matérias de competência exclusiva do órgão ou da autoridade.

Questão 84

Em relação a jurisprudência do STF sobre competência municipal, assinale a alternativa correta:

- (A) Não compete ao Município fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- (B) O Município não é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado.
- (C) Os Municípios não têm competência para legislar sobre assuntos de interesse local que compreenda a fiscalização de áreas de uso e ocupação do solo.
- (D) Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

(E) Não é legítima, sob o aspecto formal e material, lei municipal que disciplina de forma diferenciada a ocupação e parcelamento do solo urbano.

Questão 85

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão:

- (A) por lei federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (B) por lei municipal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (C) por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (D) por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (E) por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Questão 86

O Município de Porto Alegre, por meio de lei local dispôs sobre o Conselho Tutelar, fixando o seu horário de funcionamento e assegurando aos conselheiros o direito a licença-maternidade, quinquênios, licença-paternidade, gratificação natalina e férias anuais remuneradas. Em relação a essa lei, qual o direito que não possui previsão expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90):

- (A) licença-maternidade.
- (B) quinquênios.
- (C) licença-paternidade.
- (D) gratificação natalina.
- (E) férias anuais remuneradas.

Questão 87

Segundo a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que traz uma hipótese de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- (A) propaganda comercial.
- (B) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- (C) legislar sobre orçamento.
- (D) proteção à infância e à juventude.
- (E) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Questão 88

Foi ajuizada arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) em face de Lei Municipal. Assinale a alternativa correta sobre o tema.

- (A) Para processamento da arguição há necessidade de ouvir o Procurador Geral do Estado, como condição para deferimento da petição inicial.

(B) A inépcia da inicial da ADPF não impede o seu processamento.

(C) Caso haja outro meio eficaz para sanar a lesividade da lei municipal objeto da ADPF, ela não será admitida.

(D) Somente é admitida para leis municipais posteriores à Constituição Federal de 1988.

(E) Diversamente da Ação Direta de Inconstitucionalidade, a lei de regência não admite modulação de efeitos da ADPF.

Questão 89

A respeito da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Municípios, considerando as disposições da CF/88 e a Lei Orgânica de Porto Alegre, assinale a alternativa correta.

(A) O Controle externo será exercido diretamente pelo Tribunal de Contas do Estado.

(B) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade subsidiária.

(C) Prestará contas somente pessoa física que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária ou patrimonial.

(D) Serão fiscalizados os órgãos e entidades da administração direta e indireta, excluídas outras entidades constituídas ou mantidas pelo Município.

(E) É admitido o controle interno por conselhos populares.

Questão 90

Segundo o § 8º do art. 144 da CF/88, os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas

(A) a proteção de bens, serviços, logradouros públicos e instalações municipais, incluídos os bens de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais.

(B) as funções de polícia judiciária.

(C) polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

(D) a atividades de defesa civil.

(E) a proteção de bens, serviços, logradouros públicos e instalações municipais, excluídos os bens dominicais.

DIREITO URBANO AMBIENTAL

Professor Thiago Leite

Questão 91

As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida:

a) Em decreto municipal.

b) Na Constituição Estadual.

c) Em portaria do Ministério de Minas e Energia.

d) Em portaria da comissão nacional de energia elétrica.

e) Em lei federal.

Questão 92

Não é considerada Área de Preservação Permanente - APP:

a) Em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 30 (trinta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.

b) Os manguezais, em toda a sua extensão.

c) As restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.

d) As áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

e) As encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive.

Questão 93

Regra geral, um imóvel rural localizado no Estado do Rio Grande do Sul deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, no percentual mínimo de:

a) 25%

b) 20%

c) 80%

d) 35%

e) 15%

Questão 94

“Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”. Esta descrição se refere ao conceito de:

a) Proteção integral.

b) Zona de amortecimento.

c) Corredores ecológicos.

d) Plano de manejo.

e) Conservação in situ.

Questão 95

A competência legislativa ambiental é:

a) Exclusiva da União.

b) Concorrente entre União, Estados e DF.

c) Concorrente entre Estados, DF e Municípios.

- d) Exclusiva dos Municípios.
- e) Comum a todos os entes da federação.

Questão 96

Segundo a Constituição Federal, a propriedade urbana cumpre sua função social quando:

- a) Observa as relações trabalhistas.
- b) Observa o plano diretor.
- c) Tem área mínimo de 250 metros quadrados.
- d) A exploração favoreça ao bem-estar do proprietário.
- e) É explorada de forma eficiente, mesmo que cause danos ambientais.

Questão 97

A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada:

- a) 5 anos.
- b) 15 anos.
- c) 10 anos.
- d) 25 anos.
- e) 20 anos.

Questão 98

O plano diretor é obrigatório para cidades:

- a) Com mais de dez mil habitantes.
- b) Integrantes de áreas de especial interesse turístico.
- c) Inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com baixo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.
- d) Integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações rurais.
- e) Excluídas do cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações

bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

Questão 99

Segundo o Estatuto da Cidade, o Estudo de Impacto de Vizinhança será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, não incluindo a análise mínima da seguinte questão:

- a) Adensamento populacional.
- b) Ventilação e iluminação.
- c) Paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.
- d) Geração de tráfego e demanda por transporte público.
- e) Taxa de natalidade local.

Questão 100

Em relação ao direito de superfície, previsto no Estatuto da Cidade, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão do direito de superfície deverá ser onerosa.
- b) O direito de superfície não pode ser transferido a terceiros.
- c) A extinção do direito de superfície não precisa ser averbada no cartório de registro de imóveis.
- d) A concessão do direito de superfície poderá se dar por tempo determinado ou indeterminado.
- e) Por morte do superficiário, os seus direitos não se transmitem a seus herdeiros.

DIREITO DO TRABALHO

Professora Lucas Pessoa

Questão 101

A respeito do teletrabalho, assinale a alternativa correta.

A. A alteração do regime de teletrabalho para o presencial depende de mútuo acordo entre as partes.

B. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação ainda que, por sua natureza, se constituam como trabalho externo.

C. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito

D. O comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza o regime de teletrabalho.

E. A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho dispensa previsão expressa no contrato individual de trabalho.

Questão 102

Sobre grupos econômicos e da sucessão de empregadores, julgue os itens a seguir:

I- Uma vez caracterizada a sucessão trabalhista, apenas a empresa sucessora responderá pelos débitos de natureza trabalhista, podendo-se acionar a empresa sucedida somente se comprovada fraude na operação societária que transferiu as atividades e os contratos de trabalho.

II- Para a justiça do trabalho, a mera identidade de sócios é suficiente para configurar a existência de um grupo econômico.

III- Configurado o grupo econômico, as empresas responderão subsidiariamente pelas obrigações decorrentes das relações de emprego.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item I está certo.

(B) Apenas o item III está certo.

(C) Apenas os itens I e II estão certos.

(D) Apenas os itens II e III estão certos.

(E) Todos os itens estão certos.

Questão 103

Assinale a alternativa correta.

(A) O pagamento dos salários será efetuado em dia útil e no local do trabalho, antes do horário do serviço, salvo quando efetuado por depósito em conta bancária.

(B) Em caso de dano culposo causado pelo empregado, o desconto em sua remuneração será lícito, mesmo que esta possibilidade não tenha sido acordada expressamente.

(C) O salário pode ser pago em moeda estrangeira, desde que seja mais benéfico ao trabalhador.

(D) Em caso de dano doloso causado pelo empregado, o desconto em sua remuneração será lícito, desde que esta possibilidade não tenha sido acordada expressamente.

(E) Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e de função e as comissões pagas pelo empregador.

Questão 104

Em relação aos contratos de trabalho celebrados com a Administração Pública sem concurso público após a Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar:

(A) Considera-se nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública Indireta, ainda que continue a existir após a sua privatização.

(B) O contrato de trabalho é nulo, somente conferindo ao trabalhador direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário- mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

(C) O contrato é anulável, sendo devidos todos os direitos ao trabalhador até o trânsito em julgado da decisão que reconhecer a irregularidade.

(D) Considerando as Convenções da OIT ratificadas pelo Brasil, o contrato de trabalho é válido e é garantido ao trabalhador o rol de direitos elencados na Constituição Federal.

(E) Nenhuma das anteriores.

Questão 105

O horário noturno do empregado rural na lavoura é das:

A - 22:00 às 5:00 horas.

B - 21:00 às 4:00 horas.

C - 21:00 às 5:00 horas.

D - 20:00 às 5:00 horas.

E - 21:00 às 5:00 horas.

Questão 106

Assinale a alternativa INCORRETA.

Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo:

A - deixar o emprego e não for readmitido dentro de 60 dias subsequentes à sua saída.

B - permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 dias.

C - tiver faltado injustificadamente ao trabalho 30 vezes.

D - deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 dias em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa.

E - tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 meses, embora descontínuos.

Questão 107

A respeito da terceirização de serviços, assinale a alternativa CORRETA:

A) Não se configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios das empresas prestadoras de serviços e a empresa contratante, desde que os serviços contratados sejam ligados à atividade-meio da contratante.

B) O capital social da empresa prestadora de serviços constitui requisito para o seu regular funcionamento, não bastando somente que a mesma esteja devidamente inscrita no CNPJ e registrada na Junta Comercial.

C) Empresa prestadora de serviços a terceiros é a pessoa jurídica de direito privado destinada a prestar à contratante serviços determinados e específicos, não sendo permitida a subcontratação para empresas diversas.

D) É responsabilidade da empresa contratada garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou em local por ela designado..

E) É lícita a celebração de contrato geral de prestação de serviços entre a tomadora e a empresa prestadora de serviços, não sendo exigido que no termo esteja determinado expressa e

especificamente os serviços a serem desempenhados.

Questão 108

Analise:

I. A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de três, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

II. A remuneração da hora extra será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.

III. O banco de horas poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.

IV. É direito do trabalhador jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

A. somente II está correta.

B. somente I e II estão corretas.

C. somente I está correta.

D. somente III e IV estão corretas.

E. somente II, III e IV estão corretas.

Questão 109

Assinale a alternativa CERTA:

A. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quinze dias, nos termos da lei.

B. Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, com prejuízo da remuneração

C. A estabilidade provisória da empregada gestante começa a ser garantida a partir do momento em que a empregada comunique a sua gravidez ao empregador.

D. A eliminação da insalubridade, pelo fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo, exclui a percepção do adicional respectivo.

E. Nenhuma das anteriores.

Questão 110

Segundo disciplina a CLT, constitui objeto lícito da negociação coletiva de trabalho:

Alternativas

A. Salário mínimo.

B. Modalidade de registro de jornada de trabalho.

C. Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à do normal.

D. Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

E. Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Professor Lucas Pessoa

Questão 111

Sobre prescrição trabalhista, assinale a alternativa correta nos termos da CLT.

A) Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de cinco anos.

B) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos em relação a todos os direitos trabalhistas.

C) Tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é parcial.

D) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais.

E) A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.

Questão 112

Assinale a assertiva correta sobre inquérito para apuração de falta grave.

A) No inquérito para apuração de falta grave, poderá o empregador apresentar reclamação oral, a qual será reduzida a termo pelo serventuário da justiça.

B) Se tiver havido prévio reconhecimento da estabilidade do empregado, o julgamento do inquérito prejudicará a execução para pagamento dos salários devidos ao empregado, até a data da instauração do mesmo inquérito.

C) Segundo a jurisprudência, o prazo decadencial, para o ajuizamento do inquérito para apuração de falta grave, é de 30 (trinta) dias, contado a partir da suspensão do empregado estável.

D) Constitui requisito legal para o ajuizamento do inquérito para apuração de falta grave a suspensão do empregado, a fim de viabilizar a investigação do fato que embasa a justa causa alegada e permitir ao empregado a ampla defesa e o contraditório plenos.

E) Cada uma das partes no inquérito para apuração de falta grave não poderá indicar mais de 3 (três) testemunhas.

Questão 113

Igor ajuizou uma reclamatória trabalhista em face da empresa Vinhos Caros na Vara do Trabalho do município de São Paulo-SP. A reclamada apresentou exceção de incompetência em razão do local. Após oitiva da parte excepta a exceção foi acolhida com a decisão judicial de remessa dos

autos para a comarca de Porto Alegre-RS. Para reverter a referida decisão judicial, cabe à reclamante excepta

A) ajuizar Mandado de Segurança, por se tratar de decisão interlocutória que não comporta recurso imediato no Processo do Trabalho.

B) interpor agravo de instrumento no prazo de 5 dias para ser apreciado pelo TRT.

C) interpor recurso ordinário no prazo de 8 dias para ser analisado pelo TRT.

D) apresentar reclamação correcional por ato tumultuário ao andamento processual, no prazo de 5 dias.

E) aguardar a prolação da sentença pelo Juiz(a) da Vara do Trabalho de Porto Alegre, para, só então, impugnar a decisão interlocutória mediante Recurso Ordinário juntamente com os demais fundamentos para recurso em face da sentença.

Questão 114

Determinada sociedade de economia mista estadual, intimada da sentença trabalhista no dia 10.09.2022 (4ª feira), interpôs recurso ordinário em 31.09.2022 (4ª feira). Considerando que o mencionado recurso foi processado pelo juízo a quo, assinale a alternativa correta.

A. O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois está vinculado ao juízo de admissibilidade da instância inferior.

B. O recurso não deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois não foi observado o prazo legal de quinze dias corridos.

C. O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois foi observado o prazo legal de quinze dias úteis.

D. O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois as empresas públicas possuem prazo em dobro para recorrer.

E. O recurso não deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois foi interposto intempestivamente.

Questão 115

Sobre a Responsabilidade por dano processual incluída recentemente na CLT, assinale a alternativa correta.

- A. A multa de litigância de má-fé poderá ser aplicada de ofício ou a requerimento.
- B. Quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juízo condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou subsidiariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.
- C. A execução da multa de litigância de má-fé dar-se-á em autos apartados.
- D. Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até duas vezes o último salário contratual do ofendido.
- E. Não se aplica a multa de litigância de má-fé à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos ou omitir fatos essenciais ao julgamento da causa, pois não é parte na ação.

Questão 116

Quanto à sentença no Direito Processual do Trabalho, é correto afirmar:

- A. a fundamentação da sentença faz coisa julgada material.
- B. o relatório da sentença faz coisa julgada material.
- C. a decisão mencionará sempre as custas que devam ser pagas pela parte vencida.
- D. em relação aos requisitos essenciais da sentença, em qualquer rito no processo do trabalho, é obrigatório o relatório, sob pena de nulidade da decisão.
- E. é dispensada, nas decisões cognitivas ou homologatórias, a indicação da natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do

acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.

Questão 117

Assinale a alternativa INCORRETA:

- A. A tutela provisória indeferida antes da sentença não comporta impugnação via mandado de segurança, pois o processo do trabalho é orientado pelo princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.
- B. A tutela provisória concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário.
- C. A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.
- D. Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho.
- E. Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança cabe recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias, e igual dilação para o recorrido e interessados apresentarem razões de contrariedade.

Questão 118

Assinale a alternativa que trata corretamente do sistema recursal trabalhista nos termos da CLT.

- A) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.
- B) No Tribunal Superior do Trabalho, o Ministro Relator denegará seguimento aos embargos se a

decisão recorrida estiver em discordância com súmula da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal.

C) No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos de decisão unânime de julgamento que conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho.

D) Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta, ainda que indireta, à Constituição Federal.

E) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, exceto em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

Questão 119

Na seara processual trabalhista, são consideradas fontes formais, EXCETO:

- A. Súmulas vinculantes.
- B. Fatos sociais.
- C. Tratados Internacionais.
- D. Regimentos Internos dos Tribunais
- E. Condutas praticadas reiteradamente em juízos e tribunais

Questão 120

Assinale a alternativa INCORRETA:

Nos termos da CLT, a decisão que acolher ou rejeitar o incidente de descon sideração da personalidade jurídica

- A) na fase de cognição, não pode ser objeto de recurso de imediato.
- B) na fase de execução, não pode ser objeto de recurso de imediato.
- C) pode ser objeto de interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
- D) tem natureza de decisão interlocutória.
- E) nenhuma das anteriores.

DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS

Professor Igor Maciel

Questão 121

A ação civil pública é o procedimento utilizado para apurar a responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Sobre ela, assinale a alternativa correta:

- a) Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 10 dias.
- b) O juiz deve conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.
- c) A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.
- d) Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza

institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.

e) Decorridos trinta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

Questão 122

Em relação à Ação Popular e de acordo com o que dispõe a Lei nº 4.717/65, assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público não pode ocupar o polo ativo da demanda de ação popular.
- b) O Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, podendo assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.
- c) A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes", exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- d) É facultado a qualquer cidadão, desde que brasileiro nato, habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.
- e) A sentença que concluir pela procedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; da que julgar a ação procedente caberá apelação, com efeito suspensivo.

Questão 123

Sobre o Código de Defesa do Consumidor, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

a) Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor aos contratos relativos a aplicações em

fundos de investimento celebrados entre instituições financeiras e seus clientes.

b) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 90 dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

c) É suficiente para a aplicação da teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica a existência de obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

d) A responsabilidade da instituição financeira não será afastada quando o evento danoso decorrer de transações realizadas com a apresentação física do cartão original e mediante uso de senha pessoal do correntista.

e) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem subsidiariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor.

Questão 124

A lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, trata da política urbana dos municípios. Considerando as normas nele dispostas, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

a) Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

b) Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores públicos e privados, com o objetivo de alcançar em uma área

transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização rural.

c) Em empreendimentos de grande e médio porte, em caráter excepcional, a lei municipal específica a que se refere o caput poderá prever a conclusão em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o empreendimento como um todo.

d) No caso do IPTU progressivo no tempo, é possível a concessão de isenções ou de anistia.

e) Na pendência da ação de usucapião especial urbana, ficarão sobrestadas quaisquer outras ações, petitórias ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo.

Questão 125

De acordo com a Lei 8.069/90, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

a) É obrigatória a aplicação a todas as crianças, nos seus primeiros 18 meses de vida, de protocolo ou outro instrumento construído com a finalidade de facilitar a detecção, em consulta pediátrica de acompanhamento da criança, de risco para o seu desenvolvimento psíquico.

b) Em razão do poder parental tem-se a relativização da obrigatoriedade da vacinação para os menores de idade, não estando os pais obrigados a vacinarem seus filhos.

c) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.

d) A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à autoridade administrativa competente para atendimento especializado.

e) É obrigação dos pais ou responsáveis participar da definição das propostas educacionais.

Questão 126

Considere as preposições a seguir sobre a ótica da Lei 10.741/03, Estatuto do Idoso.

I- O Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos.

II- É assegurada a atenção integral à saúde da pessoa idosa, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente as pessoas idosas.

III- A participação das pessoas idosas em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 30% (trinta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I.

(B) Apenas III.

(C) Apenas II.

(D) Apenas I e III.

(E) I, II e III.

Questão 127

Considere as afirmações abaixo, segundo a legislação antidiscriminação existente no Brasil.

I - Discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

II- As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 30% (trinta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

III - Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II.
- (E) I, II e III.

Questão 128

Considere as preposições a seguir sobre a ótica da Lei 10.741/03, Estatuto do Idoso.

I- Aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

II- A perda da condição de segurado não será considerada para a concessão da aposentadoria por idade, ainda que a pessoa não disponha do tempo mínimo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício.

III- É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à

cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Quais são incorretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

Questão 129

Considere as preposições a seguir sobre a ótica da Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente:

I - Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, enquanto a família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

II - A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 16 (dezesesseis meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

III- Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Quais estão corretas:

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

Questão 130

Considerando a Lei 11.340/2006, a qual cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, analise as preposições a seguir:

I - Entende-se por violência doméstica e familiar contra a mulher a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

II - Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência deverá requerer ao juízo de plantão alvará para deliberar sobre providências necessárias, não podendo agir por conta própria.

III - É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

Quais estão corretas:

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO E SEG. SOCIAL

Professor Felipe Cavalcante

Questão 131

Julgue os itens a seguir, relativos à aposentadoria no regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargo efetivo:

I - O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo;

II - O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar;

III - O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado, voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, aos sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.

Estão corretos:

- a) Apenas o item I;
- b) Apenas os itens I e II;
- c) Apenas os itens I e III;
- d) Apenas os itens II e III;
- e) Apenas o item III.

Questão 132

De acordo com a Constituição Federal, o valor do benefício dos servidores titulares de cargos efetivos:

- a) será disciplinado em lei do respectivo ente federativo, o qual possui competência ampla e irrestrita para dispor sobre o valor das aposentadorias e pensões;
- b) será disciplinado em lei do respectivo ente federativo, observado que os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social;
- c) será disciplinado em lei do respectivo ente federativo, observado que os proventos de pensão por morte correspondam ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito;
- d) será disciplinado em lei do respectivo ente federativo, assegurado o reajustamento dos benefícios para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, com a recomposição da inflação conforme critérios estabelecidos em lei;
- e) Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício de aposentadoria serão devidamente atualizados, na forma da lei, pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Questão 133

Lei complementar federal estabelecerá sobre os seguintes aspectos dos regimes próprios de previdência social, exceto:

- a) requisitos para sua extinção e consequente migração dos segurados para o Regime Geral de Previdência Social;

- b) mecanismos de equacionamento do déficit atuarial, com alíquotas mínimas de contribuição nunca inferiores às cobradas pela União de seus respectivos servidores;
- c) estruturação do órgão ou entidade gestora do regime, observados os princípios relacionados com governança, controle interno e transparência;
- d) condições e hipóteses para responsabilização daqueles que desempenhem atribuições relacionadas, direta ou indiretamente, com a gestão do regime;
- e) parâmetros para apuração da base de cálculo e definição de alíquota de contribuições ordinárias e extraordinárias.

Questão 134

O único benefício previdenciário que poderá ser concedido ao dependente do segurado do regime próprio de previdência social corresponde a(o):

- a) Auxílio-funeral;
- b) Auxílio-doença;
- c) Pensão por morte;
- d) Reabilitação profissional;
- e) Auxílio-reclusão.

Questão 135

Após a edição da Emenda Constitucional n. 103/19, os regimes próprios de previdência social:

- a) não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal;
- b) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria e pensão por morte;
- c) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte e salário-maternidade;

d) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte, salário-maternidade e benefícios por incapacidade temporária;

e) deverão ser extintos.

Questão 136

De acordo com a Constituição Federal, compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social com base no objetivo de

a) universalidade da cobertura e singularidade no atendimento.

b) irredutibilidade real do valor dos benefícios.

c) equidade na forma de participação no custeio.

d) centralização na administração, com direção única em todas as esferas de governo.

e) diversidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, em razão das suas peculiaridades.

Questão 137

A lei federal n. 9.717/98, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece os seguintes critérios, exceto:

a) realização de avaliação atuarial inicial e a cada biênio, utilizando-se parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios

b) cobertura de um número mínimo de segurados, de modo que os regimes possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, conforme parâmetros gerais;

c) cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos

dependentes, de cada ente estatal, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios;

d) identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo civil, militar e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos.

e) sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.

Questão 138

No que tange à contagem recíproca do tempo de serviço, julgue os seguintes itens:

I - A contagem recíproca do tempo de serviço é admissível sempre que o segurado migrar do regime próprio de previdência social para o regime geral, e vice-versa.

II - é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes.

III - Para que a contagem recíproca seja admitida, o segurado deve indenizar o órgão previdenciário para o qual migrou.

IV - a CTC somente poderá ser emitida por regime próprio de previdência social para ex-servidor.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) I, II e III.

d) I, II e IV.

e) II, III e IV.

Questão 139

De acordo com a lei complementar municipal n. 478/2002, aponte a única assertiva falsa no que tange aos dependentes do segurado do regime próprio de previdência do município de Porto Alegre:

- a) o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não-emancipado de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido podem ser dependentes do segurado do RPPS.
- b) o irmão não-emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido, pode ser dependente do segurado do RPPS.
- c) O enteado equipara-se aos filhos mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica, na forma da lei.
- d) Considera-se companheiro ou companheira, para fins de benefícios previdenciários, a pessoa do mesmo sexo do segurado que com ele mantém relacionamento estável, comprovado na forma da lei.
- e) O menor tutelado equipara-se aos filhos, desde que comprovada a dependência econômica, excluído da proteção previdenciária o menor sob guarda.

Questão 140

Assinale a alternativa incorreta no que tange à aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo do município de Porto Alegre:

- a) A aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho será precedida de licença para tratamento de saúde pela mesma doença, que não excederá 24 (vinte e quatro) meses, consecutivos ou intercalados ao longo de 36 (trinta e seis) meses
- b) O servidor aposentado por incapacidade permanente para o trabalho será obrigatoriamente submetido a inspeção médica pericial, em periodicidade não superior a 5 (cinco) anos, para

verificação da continuidade das condições que determinaram a concessão da aposentadoria, até que complete 55 anos de idade (se decorridos 15 anos da concessão do benefício) ou até que complete 60 anos de idade.

c) A aposentadoria compulsória dar-se-á, automática e compulsoriamente, quando o servidor atingir a idade limite estabelecida na Constituição Federal, com vigência a partir do dia seguinte em que a administração emitir a respectiva carta de notificação ao segurado.

d) Os segurados serão aposentados voluntariamente quando observados, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e b) 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

e) Para o cálculo dos proventos de aposentadoria de que tratam os arts. 34, 35 e 36 da Lei Complementar 478/2002, será utilizada a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição e das remunerações adotadas como base para contribuições ao RPPS e ao Regime Geral de Previdência Social ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal de 1988, atualizados monetariamente, correspondentes a 90% (noventa por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

DIREITO FINANCEIRO

Professora Marcel Torres

Questão 141

Conforme a Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro:

A) Imposto é receita derivada que têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

B) O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

C) Será feito por estimativa o empenho de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

D) O recolhimento de tôdas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, admitindo-se a sua fragmentação apenas para criação de caixas especiais.

E) A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a seis meses, contraídos para atender o desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos.

Questão 142

De acordo com o Art. 165 § 10 da Constituição Federal, a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. Esse dispositivo consagra o princípio da:

- A) exclusividade.
- B) Programação.
- C) universalidade.
- D) previsibilidade.
- E) não afetação.

Questão 143

Acaso constatado excesso de despesa com pessoal inativo, nos termos da Constituição:

- a) serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais.
- b) deverá se promover primeiramente a exoneração de servidores não estáveis.
- c) poderá ser determinada a perda do cargo de servidores estáveis, não sendo necessário que se especifique o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.
- d) O servidor estável que vier perder o cargo em razão da necessidade de adequação das despesas com pessoal, atendido os requisitos constitucionais, fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
- e) O cargo de servidor estável que vier a sofrer redução de pessoal será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou semelhantes pelo prazo de 8 anos.

Questão 144

A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

- I. estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;
- II. declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- III. Acompanhamento de medidas de compensação por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição

Estão corretas, apenas:

- A) I.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.
- E) Todas os itens.

Questão 145

Nos termos da Lei Complementar 101/2000, É nulo de pleno direito:

- I. o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo;
- II. o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder executivo;
- III. a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.

Estão corretas, apenas:

- A) I.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.
- E) Todas os itens.

Questão 146

Nos termos da Lei Complementar 101/2000, são adotadas as seguintes definições:

I - dívida pública fundada: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;

II - dívida pública mobiliária: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações semelhantes, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

IV - concessão de garantia: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada;

Estão corretas, apenas:

- A) I.
- B) I e II.
- C) III e IV.
- D) II e IV.
- E) I, III e IV.

Questão 147

Assinale a alternativa incorreta:

- a) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- b) É vedado aos Municípios, no último mês do mandato do Prefeito, assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do Prefeito.
- c) É vedado aos Municípios empenhar, no último ano do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.
- d) Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- e) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Questão 148

A venda de ações que o Município possui em empresa estatal pode ser classificada como:

- A) receita tributária.
- B) a receita corrente.
- C) receita de industrial.
- D) receita de capital.
- E) Receita Patrimonial.

Questão 149

A emenda de lei orçamentária, no curso do processo legislativo, deve sempre vir acompanhada de indicação dos recursos necessários, admitidos somente os provenientes de anulação de despesas.

Nesse contexto, não pode ser oferecido como fonte de custeio o recurso oriundo da anulação de despesas com:

- A) pessoal e seus reflexos, de serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais a outros entes da Federação.
- B) transferências tributárias constitucionais a outros entes da Federação, somente.
- C) investimentos e de transferências voluntárias a outros entes da Federação, somente.
- D) pessoal e seus reflexos, de serviço da dívida, somente.
- E) serviços de terceiros e de subvenções a organizações não governamentais.

Questão 150

Receita Corrente Líquida (RCL) é espécie de receita utilizada como parâmetro pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que foi, mais tarde, consagrado pela Constituição Federal. Acerca de sua apuração, nos termos das normas mencionadas, pode-se afirmar que:

- A) corresponde ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, deduzidos, entretanto, as transferências, ainda que correntes.
- B) deve-se incluir no seu cálculo, quanto aos Estados, as parcelas entregues aos Municípios, ainda que por força constitucional.
- C) não se deve contar como receita corrente líquida os recursos recebidos da União por conta de disposições constitucionais que determinam o custeio de pessoal, no caso do Estado do Amapá, Roraima e DF.
- D) deve-se incluir no cálculo as receitas a chamada "compensação previdenciária".
- E) não se devem computar os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Kandir (Lei

Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996),
no caso do Estado do Amapá.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/sistemasqcj>
